



139  
&

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão**  
**Terceira Câmara Cível**

ÓRGÃO JULGADOR : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO : AGRADO DE INSTRUMENTO  
PROCESSO : 0016192-43.2012.8.17.0000(283254-8)  
COMARCA : RECIFE - 13ª VARA CÍVEL  
AGRAVANTE(S) : CONSTRUTORA CARRILHO LTDA  
AGRAVADO(S) : SHIRLEY LUCY DA SILVA LINS  
RELATOR : Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRADO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO AO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - DECISÃO DE 1º GRAU QUE INDEFERIU O REFERIDO INCIDENTE, DE MODO A MANTER O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - MODIFICAÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU QUE SE IMPÕE - COMO É CEDIÇO, A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PREVISTA NA LEI Nº 1060/50, GOZA DE PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE - CONTUDO, ESSA PRESUNÇÃO PODE SER AFASTADA PRINCIPALMENTE PELA PRODUÇÃO DE PROVA QUE REFUTA A ALEGADA CONDIÇÃO DE POBREZA - NO CASO EM TELA, VERIFICA-SE A INEXISTÊNCIA DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DA PARTE AUTORA, DEVENDO, PORTANTO, RECOLHER CUSTAS PROCESSUAIS EM CONFORMIDADE COM O VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA, TOMANDO EM CONSIDERAÇÃO O VALOR DO CONTRATO VIGENTE ENTRE AS PARTES - À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO AGRADO DE INSTRUMENTO.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Agrado de Instrumento** nº 283254-8, interposto por **CONSTRUTORA CARRILHO LTDA** em face de **SHIRLEY LUCY DA SILVA LINS**, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, à unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO ao Agrado de Instrumento**, nos termos do voto do Relator, determinando a sua remessa ao juízo de primeiro grau.

Recife, 22 de 3 de 2013.

  
Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO  
Relator

gcco



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Sílvia de Arruda Beltrão**  
**Terceira Câmara Cível**

ÓRGÃO JULGADOR :	TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO :	AGRAVO DE INSTRUMENTO
PROCESSO :	0016192-43.2012.8.17.0000(283254-8)
COMARCA :	RECIFE - 13ª VARA CÍVEL
AGRAVANTE(S) :	CONSTRUTORA CARRILHO LTDA
AGRAVADO (S) :	SHIRLEY LUCY DA SILVA LINS
RELATOR :	Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

**R E L A T Ó R I O**

**CONSTRUTORA CARRILHO LTDA,**

pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificado nos autos, por seu bastante procurador, ingressou com o presente **AGRAVO DE INSTRUMENTO**, desafiando decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito da 13ª Vara Cível da Comarca da Cidade do Recife/PE, que em sede de Incidente de Impugnação de Assistência Judiciária vinculado à Ação Declaratória de Nulidade de Negócio Jurídico, tombada sob o nº 0011178-12.2011.8.17.0001, que lhe está sendo movida por **SHIRLEY LUCY DA SILVA LINS**, houve por rejeitar o referido Incidente, e, de conseguinte, deferiu o pedido de assistência judiciária gratuita à Autora, ora Agravada.

Em síntese, afirma o Agravante que a decisão foi proferida à revelia das provas que foram trazidas aos autos, posto que não há dúvidas que a Autora, ora Agravada, possui condições financeiras de arcar com o pagamento de custas processuais, não se enquadrando assim na condição de pobreza legal ou de miserabilidade.

Nesse sentido, afirma, ainda, que a decisão tomou em consideração uma declaração de imposto de renda do ano 2009, não servindo assim para que reste comprovada a alegada pobreza da Autora, além de destacar que a mesma recebeu recentemente uma vultosa indenização, consoante documentos que trouxe à colação, ficando assim demonstrado que não necessita do benefício da assistência judiciária gratuita.

121  
M

Requeru, então, fosse concedida a liminar recursal, com vistas a tornar sem efeito a decisão de 1º grau, de modo a obrigar a Autora, ora Agravada, a pagar as custas processuais em conformidade com o valor atribuído à causa.

Às fls. 110/112 dos autos, entendi por conceder o provimento liminar, com vistas a sobrestar os efeitos da decisão de 1º grau, de modo a obrigar a parte Autora, ora Agravada, a recolher o valor atinente às custas processuais, vez que não faz jus ao benefício da assistência judiciária gratuita.

Não houve contra-minuta.

É o relatório.

**Inclua-se em pauta.**

Recife, 7 de 11 de 2012.



**SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Des. Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão**  
**Terceira Câmara Cível**

ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO : **AGRAVO DE INSTRUMENTO**  
PROCESSO : **0016192-43.2012.8.17.0000(283254-8)**  
COMARCA : **RECIFE - 13ª VARA CÍVEL**  
AGRAVANTE(S) : **CONSTRUTORA CARRILHO LTDA**  
AGRAVADO (S) : **SHIRLEY LUCY DA SILVA LINS**  
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**VOTO DO RELATOR**

Cuidam os presentes autos acerca de discussão que envolve a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, donde a decisão proferida pelo MM. Juiz "a quo", houve por conceder a isenção do pagamento das custas processuais, dada a declaração de ausência de condições financeiras da Autora, ora Agravada, para arcar com tais ônus.

Passando a examinar a questão trazida à liça, destaco, de logo, que grande parte de recente jurisprudência da lavra do STJ, que trata dessa questão, se firma pela tese de que a declaração de insuficiência de recursos prevista na lei 1060/50 goza de presunção relativa de veracidade.

Contudo, essa presunção pode ser afastada principalmente pela produção de prova que refuta a alegada condição de pobreza.

Passando ao exame dos autos, vê-se com clareza que a parte Autora, ora Agravada, dispõe efetivamente de recursos para custear o pagamento das despesas com o processo, notadamente quando o valor da causa não se trata de valor estratosférico ( **valor do contrato – R\$ 80.437,50 – fls. 47** ), além de ficar demonstrado à luz da declaração do seu imposto de renda e de rendimentos outros da parte Autora, ora Agravada, como, por exemplo, indenizações recentes em seu favor no valor de mais de R\$ 37.000,00 ( trinta e sete mil reais ).

Bem a propósito, trago à colação alguns arestos da lavra do STJ, senão vejamos:

135  
10

**AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. SÚMULA 07/STJ.**

I - Não há que se falar em omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada tão-só mantém tese diferente da pretendida pela agravante.

II - Não se convencendo o magistrado da situação de miserabilidade da parte quando solicitada a sua demonstração, poderão ser indeferidos os benefícios da justiça gratuita, porquanto a declaração de hipossuficiência não ostenta presunção absoluta de veracidade.

III - Rever as conclusões do acórdão acerca do indeferimento do benefício demandaria incursão indevida no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 07/STJ.

Agravo regimental a que se nega provimento. ( STJ - Terceira Turma - AgRg no Agravo de Instrumento nº 708.995 - GO - Rel. Min. Paulo Furtado - j. 23.10.2009 ). Grifoss nossos.

**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO PELO JUIZ. REVISÃO NO STJ. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.**

1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta presunção relativa, podendo o magistrado investigar a situação do requerente caso entenda que os elementos coligidos aos autos demonstram a capacidade de custeio das despesas processuais, cujas conclusões, outrossim, são imunes ao crivo do recurso especial, a teor do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

4

2. Agravo regimental a que se nega provimento.  
( STJ – 4ª Turma – AgRg no AREsp 163309 / SP -  
Rel. Minª. Maria Isabel Gallotti – j.17.05.2012 ).

136  
e

Por tal razão, não há como deferir a gratuidade da justiça para o caso em questão, sob pena de conceder um benefício a uma pessoa que definitivamente possui condições de arcar com o pagamento das custas processuais.

Deste modo, com essas breves considerações, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao presente Agravo de Instrumento, para tornar sem efeito a decisão agravada, de modo a determinar que a Autora, ora Agravada, seja intimada para no prazo de trinta (30) dias, ao teor do art. 257 do CPC, pagar as custas em conformidade com o valor atribuído à causa, tomando em consideração o valor do contrato vigente entre as partes, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

É como voto.

Recife, 14 de 03 de 2013.

**SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Des. Relator